

# Redes socioambientais e a cooperação internacional: Global Alliance for Recycling and Sustainable Development- GARSD

*Socioenvironmental networks and international cooperation: The Global Alliance for Recycling and Sustainable Development - GARSD*

Luciana Aparecida Iotti Ziglio<sup>a</sup>

Wagner Costa Ribeiro<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Pós-Doutoranda, Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP, Doutora em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil  
End. Eletrônico: lziglio@yahoo.com.br

<sup>b</sup>Professor Titular em Geografia Humana, Universidade de São Paulo  
Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
São Paulo, SP, Brasil  
End. Eletrônico: wribeiro@usp.br

doi:10.18472/SustDeb.v10n3.2019.19328

Received: 18/11/2018

Accepted: 26/09/2019

ARTICLE- VARIA

## RESUMO

Durante as últimas décadas, surgiram redes de organizações não governamentais que se dedicam aos temas socioambientais. O envolvimento dessas redes com a esfera internacional ocasiona novas abordagens para a cooperação internacional. Apresentar o conceito de cooperação internacional e a rede socioambiental Global Alliance for Recycling and Sustainable Development – GARSD é o objetivo deste artigo. A GARSD é resultado da coalização de organizações não governamentais dedicadas à promoção da reciclagem de resíduos sólidos urbanos. O artigo é o resultado de pesquisa realizada em processo de doutoramento, que utilizou como procedimentos metodológicos a análise documental, pesquisa participante e a coleta de dados de abordagem qualitativa. Conclusivamente, torna-se inerente analisar as atuações desses atores não estatais diante das relações de cooperação internacional estabelecidas entre Estados Nacionais na possibilidade de (re)criação de arranjos político-territoriais como a construção de redes entre os diversos atores, especialmente nos temas socioambientais.

Palavras-Chave: Organizações não governamentais. Cooperação internacional. Estados Nacionais. Redes Socioambientais. GARSD.

## ABSTRACT

*Networks of nongovernmental organizations dedicated to socioenvironmental issues have emerged in recent decades. The involvement of these networks in the international sphere has enabled new approaches to international cooperation. This article introduces the concept of international cooperation*

*and the Global Alliance for Recycling and Sustainable Development (GARSD), a socioenvironmental network created by a coalition of NGOs dedicated to promoting recycling of municipal solid waste. This article is the result of a doctoral study conducted using documentary analysis, participant observation and other qualitative data collection methods. The study conclusively finds that it is necessary to analyze the work of these nonstate actors within the context of international cooperation between nation states and the possibility of (re)creating political-territorial arrangements, such as networks comprising a variety of actors especially geared towards socioenvironmental issues.*

*Keywords: Non-governmental organizations. International cooperation. National States. Socioenvironmental Networks. GARSD.*

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas os Estados Nacionais, detentores de capacidade jurídica no âmbito do Direito Internacional Público, articularam propostas pela busca de um ambiente sustentável. O objetivo é propiciar um ambiente saudável para as sociedades, o que perpassa por questões relacionadas à disponibilidade hídrica com qualidade, poluição do ar e gestão dos resíduos sólidos urbanos, entre outros aspectos.

Com o aumento do consumo, a gestão dos resíduos sólidos urbanos torna-se um enorme desafio. Dados do Banco Mundial (KAZA et al., 2018, p.17) apontam que sua produção no mundo, em 2016, foi da ordem de 2.1 bilhões de toneladas. Para 2050, a instituição projeta 3.4 bilhões de toneladas. Diante desse quadro, é preciso avançar em pesquisas e em reuniões internacionais para cenários que estimulem a não geração e gestão adequada dos resíduos.

Conferências internacionais ambientais, como a Rio 92 (1992) e a Rio + 20 (2012), reuniram chefes de Estados, intelectuais, representantes de centros de pesquisas universitários, ambientalistas, imprensa, organizações não governamentais (ONGs) e membros da sociedade civil para debater temas, como conservação ambiental, mudanças climáticas, desertificação, resíduos sólidos, entre outros. Tais reuniões aglutinaram participantes em sessões oficiais e, simultaneamente, em fóruns paralelos, com destaque para movimentos socioambientais e representantes da sociedade civil.

A partir de 1992, esferas da sociedade reuniram-se e pronunciaram-se diante de temas socioambientais por meio de atores não estatais de diversos países. Aos poucos, “as ONGs e suas relações internacionais foram um importante elemento para colocar a sociedade mundial e, particularmente, a brasileira, em compasso com as novas complexidades e seus paradigmas” (OLIVEIRA, et al., 2007, p.1).

O papel cada vez mais destacado de ONGs, em especial as que atuam em temas socioambientais, é uma das justificativas deste artigo. Por meio da cooperação internacional, elas influenciam os Estados para a criação e a ratificação de tratados internacionais sobre questões socioambientais na busca da implementação do Direito Internacional Público. Porém, como alerta Diegues (2008), ainda que contribuam para aprofundar as relações de cooperação internacional com suas ações socioambientais em diversas localidades, é conveniente o monitoramento e a fiscalização das intervenções praticadas por esses atores não estatais, visto que, em muitos casos, atuam onde o estado não se faz presente.

Discutir a cooperação internacional associada às redes de atores não estatais para a temática socioambiental exige repensar as agendas dos Estados e, concomitantemente, estabelecer novas leituras para as relações entre Estado e sociedade. Além disso, a proliferação de redes de ONGs indica não apenas um vetor quantitativo, mas, também, exige que se avalie qualitativamente o alcance das ações dessas organizações. Não se trata de avaliar seu desempenho enquanto agente isolado, mas, sim, sua capilaridade e inserção na sociedade, com destaque para temas que o estado não enfrentou com a devida premência.

Este artigo visa tratar de uma rede específica, a *Global Alliance for Recycling and Sustainable Development* (GARSD), que surgiu a partir da cooperação internacional para a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Com suas ações socioambientais, a rede busca amplificar seu discurso e, simultaneamente, estabelecer-se como um ator não estatal de destaque na cooperação internacional com os Estados.

Voltada à gestão dos resíduos sólidos urbanos por meio de práticas que estimulem a reciclagem, a GARSD busca enfrentar um dos mais sérios problemas contemporâneos: o aumento dos índices de geração de lixo. Dados do Banco Mundial (KAZA et al., 2018, p. 3) demonstram o acréscimo da produção mundial entre 19% a 40% para os próximos anos. Esse incremento está diretamente associado aos valores de renda per capita dos países. A rede atua em países que, segundo as projeções do Banco Mundial (KAZA et al., 2018, p. 3), podem apresentar uma elevação de até 40% da geração de resíduos sólidos até 2050. Brasil, Argentina, México e África do Sul podem ter um crescimento de 15% a 20%, enquanto que para a Tailândia projeta-se um aumento da ordem de 30% para 2050.

Dados dessa mesma instituição apontam que os índices de reciclagem e compostagem mundiais chegam a 19% do total gerado, e a disposição final em lixões alcança 33% do total dos resíduos sólidos urbanos. Os países envolvidos pelas ONGs da GARSD apresentam índices de reciclagem abaixo de 15% sobre o total de resíduos produzidos. Em contrapartida, a destinação final em lixões apresenta valores bem acima da média mundial (KAZA et al., 2018, p. 5).

Cabe ainda destacar que tal destinação final de resíduos sólidos em lixões provoca o deslocamento de indivíduos para esses locais gerando a criação de um garimpo do lixo. Isso porque, para essas populações, é a forma de garantir renda mesmo em vulnerabilidade socioambiental (DIAS, 2012; ROGGERO, 2018). Dados do Banco Mundial afirmam que grandes cidades latino-americanas possuem em média 4 mil catadores de materiais recicláveis em atividade (KAZA et al., 2018, p. 55). A GARSD situa-se em oito países, dos quais seis são latino-americanos.

O objetivo central do texto é apontar como a criação da GARSD mostrou-se uma alternativa à gestão de resíduos sólidos para algumas metrópoles. Para tal, o artigo apresenta a seguinte estrutura: introdução, procedimentos metodológicos, aportes teóricos sobre cooperação internacional e organização não governamental, história da rede GARSD acompanhada das análises contemporâneas sobre o tema e, por fim, considerações finais.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo resulta de uma pesquisa de doutoramento de abordagem monográfica, contemporânea, fenomenológica e participativa.

Entende-se por monográfica de acordo com Eco (1985, p.10) por definir “a abordagem de um só tema e versar sobre sua descrição e comportamento”. Essa ideia é complementada por Severino (1996, p.150), que define a monografia pela “abordagem de um único tema, que exige pesquisa própria na área científica em que se situa, como os instrumentos metodológicos específicos”. Portanto, é visto como monográfico por apresentar o surgimento de redes socioambientais, com especificidade para a GARSD.

Um tema é considerado contemporâneo quando está em permanente construção, tal qual ocorre com a rede de ONGs analisada neste artigo. Como afirma Eco (1985, p.13), “o tema contemporâneo é sempre mais difícil. [...] geralmente existe uma bibliografia mais reduzida [...]”. Compreende-se, portanto, por contemporâneo por discutir um tema da maior relevância: a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Além disso, analisa as primeiras manifestações da rede, seu surgimento e desafios iniciais enquanto rede socioambiental.

De acordo com Diehl e Tatim (2004, p. 50), conceitua-se uma pesquisa como fenomenológica quando “preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é”. Esse procedimento de pesquisa foi usado para apresentação da rede.

A pesquisa participante também foi usada no estudo. Ela é descrita por Brandão (1988, p.34) como “aprendendo a fazer a pesquisa melhor através da ação, através da pesquisa participante”. O envolvimento da autora com a rede permitiu observar diretamente informações e relatos que resultaram em materiais dispostos em mídias eletrônicas e impressas da rede GARSD. Ela também participou de reuniões organizadas pela rede na qualidade de assessora técnica.

Para dar suporte à pesquisa participante, foi usada a abordagem qualitativa. Conceitua-se essa abordagem de acordo com Tatim et al. (2004, p.52):

- os dados são coletados preferencialmente nos contextos em que os fenômenos são construídos;
- a análise dos dados é desenvolvida, de preferência, no decorrer do processo de levantamento deles;
- os estudos apresentam-se em forma descritiva, com enfoque na compreensão e na interpretação à luz dos significados dos próprios sujeitos e de outras referências afins da literatura;
- a teoria é construída por meio da análise dos dados empíricos para posteriormente ser aperfeiçoada com a leitura de outros autores;
- a interação entre pesquisador e pesquisado é fundamental, razão pela qual se exige do pesquisador aperfeiçoamento em técnicas relacionadas ao objeto.

Por fim, agregaram-se análises documentais por meio da revisão da literatura encontrada em livros e artigos de pesquisadores de referência no universo das ciências humanas, especialmente da Geografia, Relações Internacionais e Ciências Sociais, para analisar as definições de ONGs, redes e cooperação internacional.

### 3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Nas últimas décadas, nota-se gradativamente o aumento da assinatura de tratados internacionais e criação de programas de estímulo à cooperação em suas múltiplas formas: econômicas, ambientais, técnicas e científicas. Muitas dessas relações, segundo Gosovic (2016), são realizadas entre países do hemisfério norte com o sul. Assim, para compreender esse cenário atual de relações, é preciso rever a noção de cooperação internacional, quem são os atores envolvidos, quais meios e objetivos por eles escolhidos.

Tem-se como premissa inicial que os países são os principais atores das relações internacionais para as resoluções dos impasses mundiais. Entretanto, esse cenário recentemente recebe a inclusão de outros atores internacionais como as ONGs. Para os autores da tradição geopolítica do realismo político, a cooperação é vista para assegurar a ordem do sistema de Estados Nacionais fundados sobre os princípios da soberania, já que a inexistência de uma autoridade acima dos Estados faz com que cada um seja responsável por sua própria sobrevivência. Desse modo, como caracterizou Aron (2002, p.54), “os Estados emitem as regras destinadas a assegurar suas aspirações”. As relações internacionais e a cooperação são utilizadas para a manutenção da soberania dos Estados.

Na matriz teórica do realismo político, os Estados Nacionais são os atores que canalizam, bloqueiam e controlam as ações econômicas, sociais e ambientais no cenário internacional. Dessa forma, não existe a necessidade de cooperar com atores não estatais, que não são incluídos no contexto de relações interestatais. É notório, segundo Villa (1999, p.22), que “os atores estatais no plano internacional servem-se de meios violentos (coerção) e não violentos (consenso) para ter sucesso nos desejos exprimidos por suas vontades”. Em outras palavras, expressas por Villa (1999, p.23), “serve-se de boas armas e boas leis”. Na perspectiva do realismo, uma ONG traduz a expressão do controle estatal nas ações sobre o território apenas quando ela possui legitimação jurídica, que é definida pelo Estado.

Nessa concepção, a cooperação internacional é uma tarefa do Estado e às ONGs caberia um papel secundário, restrito ao interior do território nacional desde que em acordo com os interesses definidos pelo poder soberano.

As teorias das relações internacionais definem a cooperação internacional como um princípio que caminha em direção oposta ao conflito. Como aponta Outhwaite (1996, p.119), “pode-se dizer que dois ou mais agentes cooperam quando se empenham num empreendimento conjunto para cujo resultado são necessárias as ações de ambos”.

Para que a cooperação ocorra, é necessário que existam objetivos comuns entre os Estados Nacionais em determinados momentos, porém, outros interesses podem interferir no processo de cooperação. Assim, afirma Bobbio (1995, p.287) que “os Estados realizam a cooperação para que esta associação represente seus interesses e atividades, através da solidariedade às fórmulas de colaboração, pois daí pode derivar a remoção ou a neutralização dos elementos de conflito”. Porém, os Estados também se preocupam em garantir a sua soberania quando assumem compromissos internacionais para que não haja intervenção em seus assuntos internos.

A teoria da interdependência examina, além da cooperação, o fenômeno do transnacionalismo, isto é, o surgimento de novos atores não estatais atuando para além das fronteiras estatais. Para Nye e Keohane (2001), a interdependência entre os atores no sistema internacional aumentaria a cooperação. Contudo, essa interdependência não é simétrica e, sim, complexa. Ela estabelece as diferenças de poder entre os atores e está presente nos acordos de cooperação e, para que ocorra, pode até ocasionar tensões antes de sua concretização. Desse modo, como afirmado por Keohane et al.:

[...] interdependência, de forma geral, significa mútua dependência. Interdependência no mundo político refere-se às situações caracterizadas por reciprocidades entre países ou atores de diferentes países. [...] Os efeitos dessas transações na interdependência dependerão dos limites ou custos associados (KEOHANE et al., 2001, p.7, tradução dos autores).

Ainda em Keohane et al. (2001), apresentam-se aspectos fundamentais da interdependência complexa:

A existência de múltiplos canais conectando as sociedades; a ausência de hierarquia entre os múltiplos temas da agenda internacional; (...). Os múltiplos canais, que têm conectado as sociedades, podem ser formais ou informais e entre Estados, agências governamentais e atores transnacionais chamados de organizações não governamentais (KEOHANE et al., 2001, p.21, traduzido pelos autores).

A emergência de novos atores não estatais, como as ONGs, proporciona novas questões para a cooperação internacional e questiona o paradigma clássico realista. A cooperação entre atores não estatais em diferentes países aponta para a cooperação transnacional e sua relação com os Estados Nacionais. Uma relação transnacional é aquela que transcende a fronteira dos Estados e que envolve diversos atores, inclusive não estatais, como as ONGs. Nos termos de Villa (2001, p. 83), “assim se considera, então, a prática concreta das relações transnacionais e as interações destas com os planos interestatais e supranacionais”.

A cooperação internacional apresenta-se, portanto, diferente da visão realista – como um processo aberto, descentralizado, não linear, que pode ter um impacto de transformação nos atores e no funcionamento do sistema internacional, mas ainda com a predominância da figura dos Estados Nacionais nessas relações de compartilhamento (Sikkink, 2005).

Portanto, a definição de cooperação apresenta-se para além da concepção tradicional da teoria do realismo político. Além dos aspectos já apontados, ela sofre influência de fatores domésticos e internacionais, podendo causar transformações nos atores e no sistema internacional afetando a

predominância dos Estados Nacionais, já que os atores envolvidos não são somente países. Partindo dessa concepção, a cooperação internacional deve ser analisada também em arenas de discussões de atores não estatais, tal como ocorre com a GARSD. Nesses termos, cooperar significa para as ONGs uma nova compreensão da realidade e dos processos políticos, em que não se tem mais lugar para um sujeito histórico unificado, mas para múltiplos atores que expressam uma diversidade de identidades e um pluralismo que enriquece a abordagem das questões ambientais (Bulkeley, 2005; CONCA et al., 2002).

Nessa perspectiva, a cooperação internacional possibilita a inserção de novos atores não estatais, como as ONGs, na dinâmica das relações com os Estados. Entende-se, portanto, que as ONGs socioambientais internacionais são formas de organização social, constituída de sujeitos políticos, que reinventam o “fazer político” para além da relação Estado e sociedade.

O “fazer político” das ONGs pode contribuir para cooperar e/ou contestar, na dimensão nacional ou internacional, os direitos sociais. As ONGs socioambientais internacionais, como caracteriza Herculano (2000, p.1), “são formas jurídicas institucionalizadas pelos Estados, mantidas pelo setor privado, público ou por ambos, com participação da sociedade que se organizam em torno dos chamados direitos sociais”.

O direito social poderá ser, por exemplo, a busca de um ambiente saudável para as populações que vivem em uma determinada área do território de um país. Esse direito social é também um direito socioambiental, entendido como aquele que permite ao ser reproduzir-se dignamente como indivíduo e enquanto membro de uma coletividade, que expressa valores e cultura práticas socialmente determinadas em um lugar dotado de atributos naturais ou produzidos pelo trabalho, ou seja, nos termos da ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2001), a cooperação internacional é fundamental. Esse conjunto de tratados internacionais encontra-se em construção e só ganha relevância por meio de ações concretas, muitas das quais acabam sendo implementadas por ONGs, estejam ou não atuando em rede.

Advoga-se aqui que o conceito de cooperação internacional deve avançar para contemplar a riqueza de atores e considerar, para maior amplitude da análise do sistema internacional, a dinâmica de movimento que as redes por eles criadas proporcionam, especialmente para as questões socioambientais.

## 4 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E AS REDES SOCIOAMBIENTAIS

A denominação em inglês Non-Governmental Organizations (NGOs) foi utilizada pela primeira vez nas Nações Unidas em 1950 para referir-se às organizações que atuam em nível supra e internacional, e que não foram estabelecidas por acordos governamentais. Essas organizações não eram vistas como atores relevantes para os estudos de cooperação internacional. Davies (2014, p.885) afirma que “tal definição negligencia uma extensa história de literatura sobre organizações internacionais privadas” atuantes muito antes da criação das Nações Unidas, desde anos anteriores à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Porém, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), também conhecida como Rio 92 por ter sido sediada no Rio de Janeiro em 1992, a simultaneidade das reuniões dos chefes de Estado com o Fórum das ONGs resultou em maior visibilidade para as pautas dos atores não estatais, outra definição clássica atribuída às ONGs. Naquela Conferência, pela primeira vez em reuniões da ONU, as ONGs puderam integrar a delegação oficial de países (RIBEIRO, 2001). Foi naquele momento que a definição de ONGs assumiu uma nova dimensão. Conforme o documento preparatório do Fórum das ONGs e movimentos sociais para o meio ambiente e o desenvolvimento:

As ONGs são espaços públicos por fora da esfera do Estado, responsáveis pela instituição de novos valores, normas e padrões de comportamento que questionam profundamente o atual modelo de desenvolvimento e que por isso são hoje, talvez, os atores potencialmente mais capazes de romper com a lógica individualista e predatória (BRASIL, 1992, s.p.).

De acordo com Castells (1999), a complexidade de relações, no atual modelo de desenvolvimento, é consequência do avanço da globalização, que gerou o desenvolvimento de redes para a difusão de informação, cultura, processos produtivos, entre outros aspectos. Muitas redes podem envolver organizações não governamentais ou serem formadas exclusivamente por elas, como é o caso da GARSD.

Portanto, as ONGs, ora apoiadas pelo setor privado, ora pelo Estado ou ainda pelos dois, constroem redes pelo mundo, lutando por suas aspirações. Esses atores manifestam-se com objetivos socioambientais diversos que vão desde o desenvolvimento econômico local, às ações relacionadas aos direitos sociais e à proteção ambiental. Tal diversidade pulveriza muitas vezes os esforços, que podem ser catalisados em uma rede, o que, além de dar mais visibilidade às demandas e lutas, pode também reunir esforços e recursos, otimizando os resultados.

As redes de ONGs dedicadas às temáticas ambientais afirmam como alternativa à lógica predatória do uso dos recursos naturais, a conservação ou a restauração do ambiente danificado e a aplicação da teoria da ecoeficiência<sup>1</sup>, entre outras possibilidades. Nessa proposta, os seus adeptos “preocupam-se com os impactos da produção de bens e com o manejo sustentável dos recursos naturais e não tanto pela perda dos atrativos da natureza ou dos seus valores intrínsecos” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 26). Esse perfil de ONG busca a preservação ambiental com a participação social, por meio do uso de instrumentos tecnológicos e com a difusão de informações de educação ambiental, por exemplo.

Já as redes de ONGs direcionadas para ações de desenvolvimento econômico e social também criam projetos com vistas à geração de renda e diminuição dos índices de população excluída do mercado de trabalho. Surgem, assim, programas que atraem, por exemplo, jovens na busca do primeiro emprego, idosos, mulheres e pessoas portadoras de necessidades especiais. Isso porque as relações econômicas empresariais não os escolhem como seus primeiros candidatos e, como caracteriza Tamiko, o desemprego preferencialmente seleciona esses públicos, uma vez que:

[...] ao lado do problema do desemprego de jovens, não se pode negligenciar a dificuldade de inserção das pessoas de meia-idade e idosas no mercado de trabalho [...]. Quanto ao emprego “experimental”, as empresas evitam os candidatos idosos, temendo a obrigatoriedade de lhes conceder um posto regular (TAMIKO, 2009, p.239).

Desse modo, as ONGs, acentuadamente a partir dos anos de 1990, apresentavam em escala nacional e internacional, e por meio de suas redes, projetos que visavam colaborar para o desenvolvimento econômico. Tais inserções permitiram relações mais próximas com as esferas públicas e privadas dedicadas ao tema. A questão ambiental também seguiu esse modelo. ONGs articuladas em redes podem controlar e domesticar os espaços públicos e parcelas populacionais excluídas, como descrito por Raffestin quando analisa o território:

Domesticar é, portanto, encerrar em uma rede, numa malha em que todas as partes estão debaixo do olhar [...]. As redes fazem e desfazem as prisões do espaço tornado território: tanto libera como aprisiona, pois ela seria um instrumento para a obtenção do poder (RAFFESTIN, 1993, p.39; 204).

Por seu turno, Haesbaert (2004, p.280) conceitua a vivência em redes ao afirmar que “territorializar hoje significa também construir e/ou controlar fluxos e redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento”. Com essa premissa, uma rede de ONGs empreende uma territorialidade que, se não concorre com o Estado, transcende seu território pela permeabilidade que alcança, em especial quando se espalha por diversos países, como é o caso da GARSD.

Portanto, observar os movimentos dessas redes permite rever a dinâmica da cooperação internacional e a articulação de poderes entre os atores que ela engendra, especialmente entre ONGs e Estados, bem como, e principalmente, do “fazer político” entre ambos, revelando-se em (re)criação de arranjos político-territoriais.

## 5 A REDE SOCIOAMBIENTAL INTERNACIONAL *GLOBAL ALLIANCE FOR RECYCLING AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT*: GARSD

A GARSD é uma rede socioambiental internacional, criada em 2007, que resulta da cooperação de ONGs sediadas em diversos países. Seu núcleo inicial envolveu os seguintes países e ONGs: Brasil – Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre); Tailândia – *Thailand Institute of Packaging Management for Sustainable Environment* (Timpse); Uruguai – *Compromiso Empresarial para el Reciclaje* (Cempre – Uruguai) e México – *Compromiso Empresarial para el Manejo Integral de Resíduos A.C.* (Sustenta).

O objetivo principal da rede é o estímulo à reciclagem dos resíduos sólidos urbanos. Para concretizá-lo, tem por meta estimular práticas que promovam: a diminuição do uso da técnica de disposição final em aterros sanitários e lixões para os materiais recicláveis; o aumento das taxas de reciclagem em níveis internacionais, por meio dos projetos nacionais das ONGs que compõem a GARSD; o aumento do número de trabalhadores envolvidos com materiais recicláveis, desde a coleta até a transformação industrial. Também é de fundamental importância para alcance de seu objetivo o estabelecimento e criação de organizações não governamentais em vários países, compondo assim uma rede cada vez mais abrangente.

As organizações fundadoras com seus respectivos representantes reuniram-se pela primeira vez em São Paulo, em 2007, para estabelecer propostas para as seguintes prerrogativas: sabe-se que a geração de resíduos sólidos urbanos domiciliares assumem dimensões de escala local-global, assim, quais são os instrumentos para sua efetiva gestão? Quais atores estão envolvidos na gestão dos resíduos sólidos urbanos? Qual o papel das ONGs nesse campo de gestão?

A GARSD, para apresentar respostas às questões levantadas e garantir sua existência, iniciou o trabalho em rede, e seus componentes esforçaram-se para a criação de publicações eletrônicas, campanhas educativas e uma página na rede eletrônica de computadores que veiculassem nos meios eletrônicos seus valores.

Com o propósito de amplificar seu discurso, a GARSD edita publicações, entre as quais destacam-se: *Guidelines for establishing solid waste recovery organizations in emerging countries e Guidelines to set waste pickers cooperatives*<sup>2</sup>. A primeira, em versão eletrônica, apresenta os primeiros passos para o estabelecimento de uma organização não governamental em um país não integrante da rede. As premissas para a formação de uma organização não governamental voltada à capacitação para a gestão de resíduos sólidos consideram: localização de empresas interessadas no estímulo à reciclagem por meio de práticas executadas por ONGs; contratação de equipes técnicas que promovam projetos; bancos de dados sobre reciclagem e resíduos sólidos; e disposição em montar equipes técnicas que estabeleçam e analisem a criação de redes com múltiplos atores, destacando as esferas dos Estados. Além disso, essa publicação contém informações sobre os integrantes formadores da rede GARSD quanto a sua localização, data de fundação, principais atividades realizadas localmente, como bancos de dados de empresas recicladoras de materiais recicláveis ou breve apresentação de projetos de educação ambiental aplicados.

A segunda publicação *Guidelines to set waste picker cooperatives* é disponibilizada em formato impresso, nos idiomas inglês e espanhol. Ela tem por objetivo tornar-se uma ferramenta para a consolidação, em escala mundial, do modelo de cooperativas de catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares. Tal material, disponível para especialistas na gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, é composto por instruções técnicas e jurídicas para a criação de cooperativas de catadores. No aspecto técnico, encontram-se modelos de equipamentos para a coleta, separação e reciclagem de materiais; no campo jurídico, orientação nos mecanismos tributários, fiscais e ambientais e como eles estão sujeitos às leis nacionais. Segundo a rede GARSD, essa publicação pretende auxiliar na organização “das associações de catadores a fim de fortalecê-los para a compra e venda de recicláveis com melhores preços [...]” (GARSD, 2011, p.4). A rede ainda não conta com uma metodologia de acompanhamento da aplicação das práticas dispostas nessa publicação.

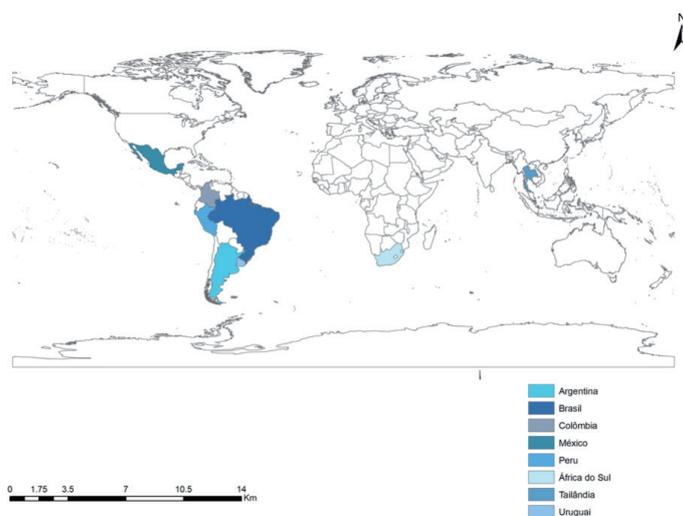
Por fim, a página na rede mundial de computadores<sup>3</sup> reúne as principais informações da GARSD, bem como o contato de cada ONG participante, o que possibilita a troca de informações com os interessados pela gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares na esfera global. A página eletrônica é usada como um portal de contato com os interessados em gestão de resíduos sólidos, na perspectiva defendida pela GARSD, e visa ampliar a difusão de suas práticas, o que aumentaria sua influência neste setor.

Em relação aos encontros organizados pela GARSD, após o evento que deu origem à rede, destacam-se outras três reuniões: Tailândia (2009), Brasil (2011) e Washington (2013). Em linhas gerais, as atividades propostas nesses fóruns buscaram estabelecer diretrizes e trocas de experiências nas implementações de seus projetos nos países em que a GARSD está inserida.

No evento de 2011, realizado no Brasil, a discussão central alicerçou-se nos seguintes pilares: continuidade dos projetos relacionados à promoção da educação ambiental para o incentivo da coleta seletiva; práticas de estímulo para a organização de grupos de catadores de materiais recicláveis em todos os países integrantes; ações para a harmonização das novas propostas de criação de projetos na rede com vistas de aplicação para comunidade, governo – em suas diversas esferas – e o setor privado. Convém destacar que esses temas já haviam sido definidos pela rede no ano de 2009, em reunião realizada em Bangcoc, capital da Tailândia.

A formalização do ingresso de novas ONGs para a rede GARSD concretizou-se nesses encontros. Foram agregadas à rede, em 2011, o Compromiso Empresarial para Reciclagem Cempre Colômbia, localizada na Colômbia, a Pet Plastic Recycling South Africa (PET CO), localizada na África do Sul, e a Reciclame, localizada no Peru. O ingresso da PETCO na GARSD possibilita apresentar ao continente africano suas aspirações e projetos. Já o ingresso do Cempre Colômbia e Reciclame reforçam a presença na América Latina.

A 4ª reunião da GARSD ocorrida em Washington em 2013, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), debruçou-se a analisar a situação atual da gestão de resíduos sólidos nos países da América Latina e Caribe e debateu as experiências da rede, a fim de expandi-las e/ou adaptá-las para outros países integrantes. Nesse fórum, as políticas públicas de gestão dos resíduos sólidos no Brasil, a exemplo da Política Nacional de Resíduos Sólidos aprovada em 2010, mereceram destaque por ser a primeira lei aprovada entre os países integrantes da rede que continha a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na temática em 12 de seus 57 artigos (BRASIL, 2010). Além disso, a rede apresentou propostas de projetos para o BID com vistas “à liberação de recursos para as ações de gestão de resíduos sólidos urbanos promovidas pela GARSD” (CEMPRE INFORMA, 2013, s.p.). Em 2018, a rede conta com oito membros, conforme demonstrado na Figura 1. O ingresso mais recente foi o do Cempre Argentina, em 2017.



**Figura 1 |** Países-membros da rede Global Alliance for Recycling and Sustainable Development: GARSD

Fonte: Miranda, 2018.

## 5.1 GARSD: ANÁLISES CONTEMPORÂNEAS

Constituída por ONGs consolidadas em seus países de origem, a GARSD, como ator não estatal, inicia a construção da cooperação, como afirma Sikkink (2005), em um processo aberto, descentralizado, não linear e repetitivo, a fim de atingir relações cooperativas com os Estados para legitimar sua posição e discurso no cenário internacional. O movimento de cooperação aberto e descentralizado surge com a busca de empresas interessadas em criar e manter financeiramente uma organização não governamental em um país ainda não integrante da rede GARSD. Em um movimento linear de cooperação, as instituições buscariam o ato cooperativo diretamente com o Estado. Portanto, o procedimento inicial da rede é a cooperação não linear, com os atores privados. O mecanismo de repetição pela busca de organizações privadas interessadas em fundarem organizações não governamentais em vários países influencia todos os membros da rede.

Desse modo, a GARSD, por meio das suas práticas, pretende estabelecer uma cooperação internacional interdependente e complexa (KEOHANE et al., 2001) com os Estados no tocante à gestão dos resíduos sólidos. Para isso, vale-se de processos abertos, descentralizados, não lineares e repetitivos.

O princípio motriz da GARSD é a cooperação, e quando esse princípio é estabelecido com uma ONG de um novo Estado Nacional que ela ainda não atuava, ela atinge seu primeiro objetivo. A rede ambiciona tornar-se um ator não governamental com dimensão global e referência para a gestão dos resíduos sólidos que estimulem o aumento das taxas de reciclagem nos países integrantes. Apenas a cooperação com o Estado permitirá que as suas aspirações sejam materializadas em políticas públicas dos países que compõem a rede. Desse modo, a rede tenta apresentar-se disponível para a cooperação com os Estados, pois acredita que, ao apresentar técnicas de gestão dos resíduos sólidos, empenha-se, como afirma Outhwaite (1996), em um empreendimento conjunto com a esfera pública, cujo resultado será a cooperação entre ambos, necessária para que se efetive uma agenda de gerenciamento dos resíduos. Caso os Estados aceitem as propostas da rede, a cooperação resultou-se convergente.

A GARSD, como conceituado por Bulkeley (2005), com suas práticas cooperativas, revela uma multiplicidade de atores para as questões socioambientais e uma outra compreensão da realidade e dos processos políticos no tema de geração e gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Por meio das suas práticas transnacionais (tais como: a organização de publicações e referências eletrônicas que visam aumentar os índices da reciclagem, estabelecimento de encontros entre os membros da rede ou com outros organismos internacionais – como o BID), almeja fortalecer-se como ator não estatal no sistema internacional. Para seus integrantes, a consolidação da rede como ator internacional é fortalecida pela transnacionalidade (VILLA, 2001).

Durante a Rio 92, as ONGs encontraram um cenário próspero, em que foram inseridas junto aos atores oficiais para as discussões das agendas ambientais globais. Nesse contexto favorável, surgiu o Cempre Brasil, concebido no Fórum das ONGs na Rio 92, a partir do encontro de especialistas ambientais que estavam participando desse evento. Ele foi o ponto de partida para que, depois de 20 anos, existissem outras ONGs dispersas pelo mundo e em rede com o nome GARSD. Após 20 anos, na Rio + 20, a rede GARSD esteve presente no Fórum Social apresentando suas ações e a evolução dos seus membros, ou seja, no que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos e sua gestão com inclusão social, o Cempre Brasil tornou-se uma referência nucleadora que resultou na GARSD.

A GARSD procura participar dos grandes eventos mundiais da ordem ambiental internacional. Organizações similares a ela, como o Greenpeace, Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e *Nature Conservancy* (TNC), conforme contextualizaram Diegues (2008) e Marzochi (2013), tornaram-se atores expressivos em eventos ambientais internacionais. A GARSD expressa claramente esse objetivo tendo como meta tornar-se referência na gestão dos resíduos sólidos urbanos com inclusão social.

Conforme afirma Castells (1999), as redes tecnológicas para a difusão de informação, cultura, processos e outros interesses convenientes estão presentes no mundo atual. Surge para ele, portanto, a “sociedade em rede que originou-se mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70 [...] e, nos quais, atores como os ambientalistas seriam elementos desta era” (CASTELLS, 1999, p. 412). Desse modo, a correlação a ser feita nessa direção é que a criação de publicações eletrônicas e da página eletrônica reafirma que os ambientalistas se utilizam das redes tecnológicas para ampliar o número de indivíduos que possam acompanhar e legitimar suas convicções. Mais que isso, eles articulam-se em reuniões periódicas nas quais estabelecem formas de atuação por meio da troca de experiências e de técnicas aplicadas que foram bem-sucedidas, no caso da GARSD, envolvendo os catadores de material reciclado a partir da experiência desenvolvida no Brasil, amparada na Política Nacional dos Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010). Depois, outras experiências foram agregadas, como, por exemplo, as que ocorreram na Timpse (Tailândia) e Reciclame (Peru).

O “fazer político” da GARSD, ou seja, os discursos expressos em publicações e por meio de seus componentes são legitimados por meio das diversas inserções, tais como: fóruns, campanhas publicitárias, publicações, projetos de coleta seletiva com a sociedade civil e estímulo à reciclagem com a organização das cooperativas de catadores com oportunidades de empregabilidade para grupos populacionais. Entre eles podem ser citados programas como o primeiro emprego e outros voltados a idosos, mulheres e pessoas portadoras de necessidades especiais conforme caracterizado por Tamiko (2009). Porém, tal “fazer político” é validado quando essas ONGs socioambientais se transformam, como descrito por Herculano (2000), em formas jurídicas institucionalizadas pelo Estado em prol de direitos sociais.

Por outro lado, cabe reconhecer que as organizações não governamentais, por serem mantidas pelo “financiamento de seus projetos ora pelo setor público, ora privado, ou por ambos” (HERCULANO, 2000, p.1), acabam mantendo relações com políticas e projetos neoliberais. Essa seria, nas palavras de Hardt e Negri (2001, p. 332), “a face comunitária do neoliberalismo”. Desse modo, esses atores mostram-se multifacetados. Ao se apresentarem como “não governamentais”, se situam, muitas vezes, ao lado dos interesses privados. A GARSD é mantida como organização não governamental por recursos financiados pelo setor privado e alguns de seus integrantes estabeleceram relações dessa natureza com instituições públicas.

Como já explicitado, entende-se que as redes são formações geopolíticas com hierarquias definidas e/ou flexíveis segundo os interesses de seus atores com o objetivo do compartilhamento de poder. As redes, como descrito por Raffestin (1993, p.39; 204), são “instrumentos para obtenção de poderes territoriais”. A rede estabelecida entre os integrantes da GARSD almeja ser instrumento para obtenções de inserções e poderes territoriais nas agendas das políticas públicas direcionadas para a gestão dos resíduos sólidos nos países em que atua.

A GARSD, tal qual se verifica com outras redes de ONGs, não se posiciona diante das questões socioambientais mais polêmicas. Como afirma Haesbaert (2004, p.280), buscam “assegurar com suas ações a construção e/ou controle de fluxos e redes criando referenciais simbólicos nos espaços e, assim, territorializam-se”. No entanto, reforça-se a importância de analisar os temas com os quais esses grupos militam, ao mesmo tempo em que cabe verificar os seus financiadores e demais pares dentro da cooperação internacional, que juntos multiplicam seus discursos. A GARSD constrói seu fazer político de acordo com o que advoga, tarefa que resulta de financiamento externo, cuja fonte central é a iniciativa privada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cooperação internacional é o resultado de uma convergência de interesses, ainda que assimétricos. Quando ela envolve atores locais a partir de diretrizes gerais, pode-se estabelecer uma rede de influência que transcende os objetivos iniciais da articulação de atores locais e nacionais.

Ao propor-se como articuladora de ONGs que atuam na gestão de resíduos sólidos urbanos em países dispersos pelo mundo, a rede GARSD acaba estabelecendo uma nova referência na gestão do lixo. Ela associou-se à inclusão social, por meio da incorporação dos trabalhadores que coletam e separam o material.

Mas a rede aspira aumentar sua influência. O discurso produzido pela GARSD volta-se à intervenção na gestão dos resíduos sólidos na esfera mundial. Seus membros aspiram executar funções que estão na esfera pública nos países da rede. Por isso, procuram influenciar as políticas públicas com vistas ao estabelecimento nos territórios de suas intencionalidades.

A sociedade civil, ao relacionar-se com ONGs, em sua grande parte deposita nesses sujeitos a urgência da solução de suas demandas socioambientais. Todavia, as ações das organizações não necessariamente têm esse propósito. Esse descompasso pode dificultar a implementação de propostas importantes e mostrar que, ao final, trata-se de um exercício retórico, sem avanços palpáveis, muitas vezes por restrições de várias ordens, sejam de financiadores, sejam do Estado. Apesar disso, o engajamento de catadores de material reciclado aumentou, o que permitiu uma maior inserção social desse segmento populacional.

## NOTAS

1. O debate sobre a ecoeficiência envolve preceitos como a modernização ecológica, o capitalismo verde e a ecologia de resultados. Esse conjunto de possibilidades é bastante criticado por abordagens que envolvem a ecologia política, a justiça ambiental e as teorias críticas socioambientais, entre outras. Para aprofundar esse debate, veja, entre outros, Abramovay (2012), Acselrad, Mello e Bezerra (2009), Burns e Lemoyne (2007), Cavalcanti (2012), Gorz e Bosquet (1978), Jacobi (2003), Lipietz (2003), Martinez Alier (2007), Moreno Jiménez (2010), Naoufal (2016), Ribeiro (2010), Swyngedouw (2019) e Veiga (2010).

2. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/63260754/Guidelines-for-Establishing-Solid-Waste-Recovery-Organization-Guidelines-in-Emerging-Countries-DRAFT-2-12-10>>. Acesso em: 05 set. 2019.

3. Ver página eletrônica da rede no endereço: [www.garsd.org](http://www.garsd.org). Acesso em: 05 set. 2019.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: IPRI/Funag, 2002.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1995.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRANISLAV, G. **The resurgence of South–South cooperation**: third world quarterly, v. 37, n. 4, p. 733-743, 2016. Disponível em: DOI: <10.1080/01436597.2015.1127155>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL, RIO 92. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros. Fórum de ONGs Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm)>. Acesso em: 05 set. 2019.

BULKELEY, H. Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks. **Political Geography**, v. 24, p. 875-902, 2005.

BURNS, T. J.; LEMOYNE, T. Como os movimentos ambientalistas podem ser mais eficazes: priorizando temas ambientais no discurso político. **Ambient. Soc.**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 61-82, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2007000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 set. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 1.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, 2012, v. 26, n. 74, p. 35-50 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100004>>. Acesso em: 05 set. 2019.

CEMPRE e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizam evento para promoção do modelo brasileiro de reciclagem. **Cempre Informa**, 16. out. 2013. Disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/impressao/id/1/cempre-e-banco-interamericano-de-desenvolvimento--bid--realizam-evento-para-prom>>. Acesso em: 05 set. 2019.

CONCA, K.; DABELKO, G. The problems and possibilities of environmental peacemaking. In: **Environmental peacemaking**. CONCA, K.; DABELKO, G. (Ed.) John Hopkins University Press, Baltimore, 220-233, 2002.

DAVIES, T. R. Understanding non-governmental organizations in world politics: the promise and pitfalls of the early 'science of internationalism.' **European Journal of International Relations**, v. 23, n. 4, p. 884-905, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1354066116679243>>. Acesso em: 04 set. 2019.

DIAS, S. L. F. G.; SANTOS, M. C. L. A inserção dos catadores no Campo da Indústria de Reciclagem: uma análise comparada de duas experiências de Redes de Economia Solidária. In: GIANESELLA, S. M. F.; JACOBI, P. R. (Org.). **A sustentabilidade socioambiental: diversidade e cooperação**. São Paulo: Annablume Editora, 2012, v. 1, p. 98-120.

DIEGUES, A. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupab. Universidade de São Paulo, 2008.

GLOBAL ALLIANCE FOR RECYCLING AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Guidelines for Establishing Solid Waste Recovery Organizations in Emerging Countries. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/63260754/Guidelines-for-Establishing-Solid-Waste-Recovery-Organization-Guidelines-in-Emerging-Countries-DRAFT-2-12-10>>. Acesso em: 05 set. 2019.

GLOBAL ALLIANCE FOR RECYCLING AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. GARSD. **Guidelines to set waste picker cooperatives**. São Paulo: Neuronia Design, 2011.

GORZ, A.; BOSQUET, M. **Ecologie et politique**. Paris: Seuil, 1978.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERCULANO, S. ONGs e movimentos sociais: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade. **Revista Meio Ambiente: questões conceituais**, p.123-155, 2000.

JACOBI, P. R. Movimento ambientalista no Brasil. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 519-543.

JIMÉNEZ, A. M. Justicia ambiental. Del concepto a la aplicación en análisis de políticas y planificación territoriales. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de marzo de 2010, v. XIV, nº 316. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-316.html>>. Acesso em: 05 set. 2019.

KAZA, S. et al. What a Waste 2.0: a global snapshot of solid waste management to 2050. **Urban Development Series**. International Bank for reconstruction and development. The world bank. 2018. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2174>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. **Power and Interdependence**: world politics in transition. Boston: Little Brown, 2001.

LIPIETZ, A. **Ecologie politique**. Paris: La Decouverte, 2003.

MARZOCHI, S. **GREENPEACE**: mundialização e política. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2013.

NAOUFAL, N. Connexions entre la justice environnementale, l'écologisme populaire et l'écocitoyenneté. [**VertigO**] **La revue électronique en sciences de l'environnement**, 2016, v. 16, n. 1. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/vertigo/2016-v16-n1-vertigo02678/1037574ar/>> Acesso em: 05 set. 2019.

OLIVEIRA, R. S. de; WEBER, C. T. Atuação das organizações não governamentais ambientalistas: uma perspectiva internacional. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 40, Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1733&revista\\_caderno=5](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1733&revista_caderno=5)>. Acesso em: 05 set. 2019.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Raffestin, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 9-13, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 set. 2019.

ROGGERO, M. A.; ZIGLIO, L. et al. Vulnerabilidade socioambiental, análise de situação de saúde e indicadores: implicações na qualidade de vida no município de São Paulo, **Confins**, [on-line], v. 36, 2018. Disponível em: <DOI: 10.4000/confins.13774>. Acesso em: 05. set. 2019.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, ed. 22, 2002.

SIKKINK, K. et al. New actor and new forces: transnational activist networks. **International Politics**: enduring concepts a contemporary issue. Londres: Pearson Longman, 2005.

SWYNGEDOUW, E. The Anthro(Obs)cene. Antipode (Ed.). **Keywords in Radical Geography**: Antipode at 50. The Authors/Antipode Foundation Ltd. Published by John Wiley & Sons Ltd., 2019.

TAMIKO, T. Desemprego em massa, condições de vida e procura por trabalho: uma experiência japonesa. **Trabalho Flexível, Empregos Precários**. GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. (Org.) São Paulo: Edusp, p. 233-270, 2009.

TATIM, D.; DIEHL, A. **Pesquisa em Ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 168p.

UMBERTO, E. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

VEIGA, J. E. da. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac, 2010.

VILLA, R. D. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 12, jun. 1999. 09. out. 2018. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39261>>. Acesso em: 05 set. 2019.

\_\_\_\_\_. A construção de um sistema internacional policêntrico: atores estatais e não estatais societais no pós-guerra fria. **Revista Cena Internacional**, Brasília, n. 2, p. 65-87, dez. 2001.

# The paradox of the autonomy of Afro-descendants in the Colombian Pacific

Mireya E. Valencia Perafán

Ph.D. in Social Sciences, Professor at the University of Brasilia (UnB),  
Brasilia, DF, Brazil  
E-mail: mireya@unb.br

doi:10.18472/SustDeb.v10n3.2019. 27193

## BOOK REVIEW

Claudia Leal. *Landscapes of Freedom – Building a Postemancipation Society in the Rainforests of Western Colombia*. Tucson: The University of Arizona Press. 2018. 336 p. ISBN – 13: 978-0-8165-3674-0 (cloth). US\$55.00. Figures, maps, graphs, tables, bibliography and index.

In *Landscapes of Freedom*, Claudia Leal successfully analyzes the economic and social evolution of Colombian Pacific and how it conditioned the current situation of the region. Based upon an environmental approach of social history, she uses the extractive economy and racialized areas as the main guiding concepts of her analysis to offer elements that help understand a crucial aspect of modern Latin America: the transition from slavery to freedom.

The contribution of this case study – a region and a problem forgotten in the historical map of African Latin America – is a pertinent reconstruction of the post-emancipation trajectory where a racialized landscape is designed with material transformations in the forest situation and the changes in the meanings attributed to them by authors who left historic accounts of the region.

The Colombian Pacific is one of the wettest regions of the planet, with a precipitation that can reach, on high Chocó, more than 8,000 mm of rain per year and 4,000 mm in the lowest regions (the Amazon receives 2,000 mm/year). Climatic conditions make this one of the regions of the world with the highest rate of endemism (phenomenon in which a species occurs only in one geographic region) and biodiversity.

What the author analyzes with richness of details and substance is that after the emancipation of the slaves, the communities of African descent reached a high degree of autonomy, much higher than any other similar groups in rural areas.

The main economic activity in the region, in the colonial period and after independence, was the extraction of gold using slave labor. However, the limited power of the slaveowners to impose work conditions and avoid escapes of the slaves, led to the slaves obtaining better work and life conditions. As the areas of gold production declined, slaves obtained their freedom mainly by purchasing their own liberty and, in the majority of cases, they continued as free people in the mining regions.

The lack of capital by the white mine-owners, made them try to rent the areas of exploration instead of investing in production. Hence, whites kept the mines profitable even after the end of slavery by renting the mines instead of paying the workers their salaries.

The lack of strict control over exploration of the gold veins allowed many afro-descendants to obtain resources to purchase their own freedom or that of their family members. In this context of loss in

gold productivity and the lack of capital by the mine owners, initially in Chocó and later throughout the region, increased the possibilities of a growing black population to have access to the mining areas.

Before slavery was totally abolished, the reduction in mining activity, combined with the lack of supplies encouraged many free blacks to produce food in small areas around the riverbanks where they cultivated sugar cane, tobacco and raised a few heads of cattle. Others worked as traveling traders, in transporting goods, in fishing and in crafts.

Around the middle of the 19<sup>th</sup> Century, when slavery was abolished in Colombia, part of the blacks did not remain in the mining areas and went to other areas attracted by opportunities of other forms of extractive activities. Among them were rubber and vegetable ivory (Tagua seeds, *Phytelephas macroparpa* palm) which had started to be commercialized in the world market. Similar to the miners, those that migrated and started to extract latex and the Tagua seeds, did so in an independent manner, without employers. Besides, they did not need to rent the areas of exploration because they worked in public areas over which the State had little or no control. Thus, the extractivist economy strengthened and expanded from underground to the forest and from the mining areas to the rest of the region.

What the author demonstrates is that the process of occupation of the region and the exploration, conditioned by the environment and by extractivism reveal an uncommon trajectory in the region of the Colombian Pacific if compared to the slaves in other regions due to the high levels of autonomy that they reached by not being subject to bosses or supervisors in the plantations.

Examining the access of the black population to extractivist activity allows us to understand how freedom was experimented and understood. To the afro-descendants, the legal condition of freedom acquired a concrete sense by giving them the possibility to determine what to do with their bodies and, at the same time, with their time and place in the Colombian Pacific.

Freed blacks enjoyed the freedom of movement, not only to move around in the forests, the rivers in canoes, but to choose where they wanted to live. The extent of the region, its richness and the low demographic density, allowed that some areas be occupied without conflict along the coast in the riverbanks.

The fact that this population enjoyed freedom and autonomy does not explain one paradox. The same initial marginality that empowered them, in the long run reduced the options and opportunities of this population. That is, their capacity to decide how to live. This led to low levels of education and income, made evident by recent economic and social indicators. Between 1990 and 2004, the region of Chocó was inhabited by 1% of the Colombian population, but generated only 0.4% of its GDP, rates that parallel those of education and welfare. In 2005, the percentage of people who could not read or write in Chocó was more than twice the national average.

The very particular post-emancipation trajectory of the region, therefore, is bittersweet, as the author states: at the same time in which liberty was catapulted, it was onerous in the long run. Marginalization allowed the black population to enjoy freedom, occupy, control and explore the rich coastal forest with an important cultural legacy that was under-evaluated, even despised, until it was recognized by the Colombian Constitution of 1991.

*"Landscape of Freedom"* situates the wettest tropical forest in the world in the socioeconomic evolution of the region after the end of slavery, emphasizing the relations between the environment and the afro-descendant population. It is, in this aspect, a reconstruction of the past of this population and a contribution to the Colombian national community so that it becomes more inclusive.

# O paradoxo da autonomia dos afrodescendentes no pacífico colombiano

*The paradox of the autonomy of Afro-descendants in the  
Colombian Pacific*

Mireya E. Valencia Perafán

*Doutora em Ciências Sociais, professora da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.  
End. Eletrônico: mireya@unb.br*

doi:10.18472/SustDeb.v10n3.2019. 27193

## BOOK REVIEW

Claudia Leal. *Landscapes of Freedom - Building a Postemancipation Society in the Rainforests of Western Colombia*. Tucson: The University of Arizona Press. 2018. 336 p. ISBN – 13: 978-0-8165-3674-0 (cloth). US\$55,00. Figuras, mapas, gráficos, tabelas, bibliografia e índice remissivo.

Em “Paisagens de Liberdade”, Claudia Leal se propõe com sucesso a analisar a evolução econômica e social do Pacífico Colombiano e como isso condicionou a situação atual da região. A partir de uma abordagem ambiental da história social, utiliza como principais conceitos orientadores da análise a economia extrativista e as áreas racializadas para, dessa forma, oferecer elementos que ajudam a entender um aspecto crucial da América Latina moderna: a transição da escravidão para a liberdade.

A contribuição deste estudo de caso – uma região e uma problemática esquecidas no mapa histórico da América Latina africana – é uma pertinente reconstrução da trajetória pós-emancipação onde desenhasse uma paisagem racializada com transformações materiais no ambiente florestal e as mudanças nos significados atribuídos a eles por autores que deixaram registros históricos da região.

O Pacífico Colombiano é uma das regiões mais úmidas do planeta, com uma precipitação que chega, no alto Chocó, a mais de 8.000 mm de chuva por ano e de 4.000 mm nas regiões mais baixas (na Amazônia a precipitação é de 2.000 mm/ano). As condições climáticas fazem com que seja uma das regiões do mundo com mais alto índice de endemismo (fenômeno no qual uma espécie ocorre exclusivamente em determinada região geográfica) e biodiversidade.

O que autora analisa de maneira substancial e com riqueza de detalhes é que, após da emancipação dos escravos, as comunidades de afrodescendentes atingiram um grau de autonomia muito superior à de quaisquer outros grupos semelhantes em áreas rurais.

A atividade econômica principal na região, no período colonial e após a independência, foi a extração de ouro com o uso de mão de obra escrava. Mas, o limitado poder de senhores de escravo de impor as condições de trabalho e evitar as fugas levou a arranjos com os trabalhadores negros que tornaram possível a estes obter melhores condições de trabalho e de vida. À medida em que se esgotaram as áreas de produção de ouro, os escravos obtiveram a liberdade principalmente pela compra da própria alforria e, na maioria dos casos, se mantiveram como pessoas livres nas regiões de mineração. A falta

de capital dos brancos, donos das minas, fez que em vez de investir na produção, tentassem vender ou alugar as áreas de exploração. Dessa forma, os brancos, mantinham as minas rentáveis mesmo depois do fim da escravidão ao alugar as minas em vez de pagar salários aos trabalhadores.

A falta de controle rígido sobre a exploração dos veios de ouro permitiu a muitos afrodescendentes obter recursos para adquirir a própria liberdade ou a de seus familiares. Nesse contexto de perda de produtividade de outro e de falta de capital dos donos das minerações, inicialmente no Chocó e depois em toda a região, aumentaram as possibilidades de uma crescente população negra ter acesso às áreas de garimpo e mineração.

Antes que a escravidão fosse totalmente abolida, a redução da atividade mineira, combinada com a escassez de gêneros encorajou muitos afrodescendentes livres a produzir alimentos em pequenas áreas à margem dos rios nas quais cultivavam cana de açúcar, fumo e criavam algumas cabeças de gado. Outros trabalhavam como comerciantes itinerantes, no transporte de mercadorias, na pesca e no artesanato.

Em meados do século XIX, quando foi abolida a escravidão na Colômbia, parte dos afrodescendentes não permaneceu nas áreas de mineração e partiu para outras áreas atraídos por oportunidades de outras formas de extrativismo. Entre elas estava a borracha e o marfim vegetal (sementes de Tagua, palma *Phytelephas macrocarpa*) que começava a ser comercializado no mercado mundial. Assim como os mineiros, aqueles que migraram e passaram a extrair o látex e as sementes de Tagua, o faziam de uma forma independente, sem empregadores. Além disso, não precisavam alugar as áreas de exploração porque atuavam em áreas públicas sobre as quais o Estado tinha pouco ou nenhum controle. Desta maneira, a economia extrativista se fortaleceu expandindo-se do subsolo para a floresta e das áreas de mineração para o resto da região.

O que a autora demonstra é que o processo de ocupação da região e de exploração condicionada pelos aspectos ambientais e pelo extrativismo revelam uma trajetória da região do Pacífico Colombiano incomum no que diz respeito ao processo de emancipação dos escravos em outras regiões pelos altos níveis de autonomia que alcançaram ao não estarem submetidos a chefes ou supervisores nas lavouras.

Examinar o acesso da população negra à atividade extrativista permite entender como a liberdade foi experimentada e entendida. Para os afrodescendentes, a condição legal de liberdade adquiriu um sentido concreto ao lhes dar a possibilidade de determinar o que fazer com seus corpos e, ao mesmo tempo, com seu tempo e em que lugar da floresta do Pacífico Colombiano.

Negros livres disfrutavam de liberdade de movimento, não apenas para se deslocar pelas florestas e, por meio de canoas, ao longo dos rios, mas também para escolher onde queriam viver. A extensão da região, sua riqueza e sua baixa densidade demográfica, permitiram que algumas áreas ocupadas sem conflito na costa e nas margens dos rios.

O fato de que essa população tenha disfrutado de liberdade e autonomia não explica um paradoxo. A mesma marginalidade inicial que as permitiu, no longo prazo reduziu as opções e as oportunidades dessa população. Isto é, sua capacidade de decidir como viver. Isso levou a baixos níveis de educação e renda, evidenciados por recentes indicadores econômicos e sociais. Entre 1990 e 2004, a região do Chocó era habitada por 1% da população colombiana, mas gerava apenas 0,4% do PIB, dados que têm paralelo na educação e no bem-estar. Em 2005, a porcentagem de pessoas que não sabiam ler o escrever no Chocó era mais que o dobro da média nacional.

A trajetória pós-emancipação muito particular da região, assim, tem um sabor agridoce, com afirma a autora: ao mesmo tempo em que alavancou a liberdade, foi onerosa numa perspectiva de longo prazo. A marginalização permitiu às pessoas negras disfrutar de liberdade, ocupar, controlar e explorar as ricas florestas costeiras com um importante legado cultural que foi subavaliado e mesmo desprezado, até seu reconhecimento oficial pela Constituição da Colômbia de 1991.

“Paisagens de liberdade” situa a floresta tropical mais úmida do mundo na evolução socioeconômica da região após o fim da escravidão, enfatizando as relações entre o ambiente e a população afrodescendente. É, sob este aspecto, uma reconstrução do passado dessa população e uma contribuição à comunidade nacional colombiana para que possa vir a ser mais inclusiva.